

A MECA DO CARIRI E A "GUERRA SANTA"

João Mendes de Andrade

da Universidade Federal do Ceará

A cidade de Juazeiro do Norte é conhecida, no Nordeste brasileiro, como centro de "romarias".

Ao estudioso desse fenômeno popular, surgem, de imediato, indagações, quanto à sua origem, ao tempo em que começou, como se desenvolveu, quais as consequências, e o seu legado. Tentar uma resposta a tais perquirições será o objetivo do presente trabalho.

De início, visualizam-se duas origens: uma remota e outra próxima. A mais remota encontra-se, ao que parece, no estado de crise do catolicismo nordestino, na década de 1860: um clero deficiente em número e qualidade. Para que se tenha uma idéia da situação, em 1854, quando da criação da Diocese do Ceará, havia, apenas, em toda Província, trinta e três sacerdotes. Desses, dois terços viviam em concubinato, e outros ainda se envolviam em questões políticas locais. Parece fora de dúvida, que as atividades pastoris eram bastantes descuradas. Note-se que nas igrejas realizavam-se as eleições e não raras vezes travavam-se verdadeiras batalhas entre os competidores do poder, quase sempre com notórios prejuízos materiais, para não citar os espirituais e morais. Os contatos do clero com as classes mais humildes, em especial os camponeses, eram mínimos: nos casamentos e batizados, e nas principais festas religiosas do ano sobretudo no Natal. Para controlar essa massa ignorante, as pregações versavam mais sobre a ira e os castigos de Deus e a perdição do homem por

causa do pecado. Temporariamente promoviam-se grandes concentrações religiosas, as, missões, quando se dava a "desobriga". Esses movimentos religiosos, eram liderados por missionários capuchinhos, muitas vezes considerados como homens santos com grande poder de profecia e até de milagres. Um deles, frei Vitale Frascarolo, grande pregador de "desobrigas", nos sertões nordestinos, depois de sua morte, foi-lhe atribuída uma série de profecias escatológicas, que circulou em quase todo nordeste com o nome de "profecia de Frei Vidal". Muitos as sabiam de cor.

Essas circunstâncias favoreciam o surgimento de poderosa onda de credices de toda espécie. As secas periódicas, as más colheitas ou o aparecimento de qualquer tipo de adversidade eram considerados, de imediato, pela população ingênua, como castigo de Deus. Para aplacá-lo promoviam-se procissões para obter chuvas. Para suprir a carência total de assistência médica, faziam-se promessas aos santos para recuperar a saúde e rezava-se para afastar os espíritos maus. Acredita-se que, por ingenuidade, alguns sacerdotes do Cariri, como Félix de Moura e outros, estimularam a organização de associações religiosas, como a Ordem dos Penitentes, cujos membros praticavam a auto-flagelação, e nos momentos de grandes crises, como as secas, a praticavam diariamente e com intensidade, visando acalmar iras divinas. Aliás, esse tipo de disciplina religiosa estava muito ao sabor da mística franciscana e provalmente era citada, como modelo de santidade, nas pregações dos missionários. Outra organização havia, intitulada de "Hostes Celestiais" que além dos flagelos, praticava abstinência sexual e encarnava a personalidade de santos da Igreja Católica, cujos nomes seus adeptos adotavam. Viviam estes num local isolado, denominado "Horto" (1).

A origem mais próxima encontra-se nas atividades do Pe. José Antônio Pereira Ibiapina, nascido em Sobral em 1806. Estudou Direito em Olinda e voltando ao Ceará ingressou com sucesso na política. Mais tarde, por implicações, também políticas, tornou-se a Recife onde praticou advocacia e ficou conhecido como "Defensor dos Pobres". Em 1853, ordenou-se sacerdote. Sua conversão e ordenação revestiram-se de "mistérios". Num arroubo místico, resolveu comutar o nome de família — Pereira — por Maria. Quando surgiu o Cólera morbus no Ceará, voltou à terra natal, em 1862, pensando em prestar um "Serviço aos pobres". Sua grande obsessão era lutar contra a pobreza. Contava assim com a simpatia de pobres e ricos. Com facilidade, reunia trabalhadores voluntários para consertar igrejas e cemitérios, construir açudes, abrir poços, caximbas e novas estradas. Tal proceder muito agradava as classes dominantes. Entre o povo era considerado como profeta, um santo, com o poder de fazer curas. Entendeu que, para realizar sua missão, carecia de uma ajuda institucionalizada. Porisso, sem a permissão da autoridade diocesana, fundou uma congregação de mulheres, as quais deu o nome de "Beatas". Vinham as "beatas" em geral, das camadas sociais mais humildes da população. Como era de se esperar essa iniciativa não recebeu a chancela da autoridade eclesiástica superior, que o intimou a deixar a região, no que foi obedecida prontamente. Dali, deslocou-se para o Cariri, onde podia desenvolver suas atividades, sem que fosse, facilmente incomodado pelo bispo.

Com seu poder de persuasão, reunia pobres e ricos de cada localidade em torno da idéia de fundar uma casa de caridade, onde funcionariam uma escola de ler e escrever e outra artesanal trabalhando em manufaturas, especialmente tecidos de algodão. Com esses, abasteceriam os mercados locais a preços módicos. Diante da carência de escolas nas comunidades interiores e das dificuldades de importar tecidos, entende-se, perfeitamente, a adesão dessas localidades às idéias de Ibiapina, que estruturava sua iniciativa em bases sólidas. Assim, em 1872, sua presença no Cariri, voltara a constituir motivos de preocupação da autoridade eclesiástica. D. Luís Antonio dos Santos, resultando daí o seu afastamento definitivo do Cariri. A Igreja do Ceará estava livre de Ibiapina, mas não podia se libertar da sua obra, as 18 casas de caridade, em face do serviço extraordinário que prestavam às suas comunidades.

No mesmo ano em que Ibiapina deixara o Cariri, o Pe. Cícero Romão Batista, chegava à localidade de Juazeiro, povoado com 32 casas de taipa e palha ocupadas por gente simples do campo. Cícero pertencía, a nova geração de sacerdotes,

formados pelo Seminário de Fortaleza fundado pelo primeiro bispo do Ceará, D. Luis Antonio dos Santos, e dirigido por lazaristas franceses, tendo como primeiro reitor o Pe. Pedro Augusto Chavalier.

Cícero nasceu na cidade de Crato em 1844. Ainda seminarista perdeu o pai, o que quase o impossibilitou a continuar seus estudos no Seminário. Divulgou, em 1862, que seu pai lhe aparecera em sonho, dizendo-lhe que não deixasse os estudos. Narrando o sonho ao coronel Luis Antonio Pequeno, seu padrinho, o chefe político do Crato, esse lhe deu condições para continuar os estudos.

Não se sabe, se Cícero continuou com sonhos e visões, no Seminário. Porém, ele e seu primo José Marrocos sempre foram considerados pela direção da casa como visionários. Marrocos fora "despachado" e Cícero recebeu o presbiterato por intervenção de D. Luís que o ordenou sacerdote, contra parecer desfavorável do reitor do Seminário.

Pe. Cícero foi para o Juazeiro atendendo simplesmente ao convite de dois negociantes do lugarejo, que lhe garantiram o cargo de capelão, há muito tempo vago, residência e manutenção, em troca dos seus serviços religiosos (2). Porém, tinha ele outro interesse; não pensava demorar-se naquela localidade.

De fato, "Juazeiro, um arraial sórdido e miserável, sem higiene e sem trabalho, abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie de doentes e malucos" (3), oferecia um quadro sombrio que, a cada hora, estimulava o jovem capelão a abandoná-lo e procurar realizar sua grande aspiração: retornar a capital e fazer-se professor do Seminário onde estudara. Ainda projetou afastar-se da localidade, pretextando, uma visita à progenitora e fugir para Fortaleza.

Porém, sua "Hégira" não se concretizou. Numa noite, Cícero tivera uma visão: — aparecera-lhe o coração de Jesus, sangrando pelas ofensas da humanidade, ao mesmo tempo que lhe ordenava que cuidasse dos pobres. A partir daquele momento, considerou-se um predestinado: deveria cuidar dos pobres que Cristo lhe confiara. Transferiu-se então com a família para Juazeiro, onde residiu numa casa de palha em frente à Capela de Nossa Senhora das Dores.

Seu desempenho no serviço religioso divergia daquele praticado pelo restante do clero do Cariri: não recebia esmolas pela celebração de casamentos, batizados e exéquias. Tal comportamento grangeou-lhe grande popularidade, especialmente entre os pobres das paróquias vizinhas. Sua capela passou a ser muito frequentada devido à fama de santidade do seu capelão. Na grande seca de 1877-78, Juazeiro transformou-se num grande centro de pobres e flagelados do sertão do Ceará e dos Estados vizinhos. Sentiam-se atraídos pelas terras úmidas do vale do Cariri e pela renomada popularidade do Pe. Cícero, que já se projetava como amigo e protetor dos pobres.

Os dezessete primeiros anos de trabalho sacerdotal do Pe. Cícero decorreram sem algo sobrenatural ou extraordinário acontecer.

Foi o ano de 1889 que marcou definitivamente o grande estágio do fenômeno espiritual, econômico, social e político do "Juazeiro do Pe. Cícero". Foi o ano do "Milagre". Quando o Pe. Cícero distribuía a Eucaristia a uma simples lavadeira, de nome Maria de Araújo, a hóstia se coloriu de vermelho e o fenômeno foi interpretado como sendo o Cristo. Porém a consagração do milagre se fez quando o Mons. Monteiro, então reitor do Seminário do Crato, e homem de grande prestígio na sociedade cariense, fez uma "romaria" da cidade do Crato ao Juazeiro, liderando um grupo de aproximadamente 3.000 pessoas, de todas as classes sociais, e, do púlpito, em meio a entusiástica pregação, apresentou os panos manchados de sangue dando sua versão do "milagre". Estava lançada naquele momento a motivação religiosa, responsável pelo futuro fluxo de peregrinação ao Juazeiro, principal causa dos acontecimentos econômicos, políticos, sociais e eclesiásticos posteriores.

Duas circunstâncias, uma regional e outra nacional, favoreceram, em muito, a aceitação do "Milagre". Regionalmente, como afirma Djacir de Menezes, "Vale do Cariri... é o trecho peculiar do banditismo e do fanatismo sertanejo" (4). Havia, portanto, um ambiente místico, muito favorável à proliferação de coisas extraordinárias e sua posterior aceitação. Comprova-o a atuação e aceitação do Pe. Ibiapina, e a existência de organização como a "Ordem dos Penitentes" e das "Hostes Celestiais"...

Nos altos escalões eclesiásticos, havia preocupação com referência às consequências para os interesses da hierarquia, advindas da separação da Igreja do Estado, união que existia desde o momento da conquista do Brasil pelos portugueses. Esperava-se uma intervenção direta de Deus, em favor da sua religião. Por isso, apesar do axioma conservador aceito pelo clero "nihil novi sub sole" o "milagre", nos primeiros momentos, foi considerado por alguns como a desejada manifestação divina. O que havia no novo Brasil republicano era simplesmente a ação diabólica, e no Juazeiro provavelmente estava o caminho certo da Salvação. Algumas ocorrências pareciam comprovar essa assertiva. Crentes e maçons vinham ao Juazeiro, confessar, em público, suas culpas e retornavam à Igreja Católica, por intermédio do Pe. Cícero.

A crença foi se consolidando. Nove padres da região do Cariri e de Pernambuco aderiram ao "Milagre" e o divulgavam em suas pregações. Aumentava consideravelmente o número de romeiros oriundos dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí e, em especial de Alagoas. Muitos vinham para ficar, pois, eram agregados que nada mais aspiravam dos grandes proprietários. Sua permanência na "cidade santa" era um problema e uma ameaça que o Pe. Cícero procurou solucionar. Aos poucos ia colocando os seus "amiguinhos" em grupos de 15 ou até de mais, nos sítios dos proprietários do Cariri. Ele mesmo possuía muitas terras e já colocava também os seus romeiros.

Para o Vale do Cariri, desfalcado de mão-de-obra em consequência das grandes migrações das populações sertanejas durante a seca de 1877-88, era o que poderia acontecer de melhor. Como a extração da borracha no Amazonas era um grande estímulo à emigração, o Pe. Cícero estimulou a introdução do plantio da maniçoba no Cariri, visto que, daquela euforbiácea se extraía também um látex de segunda qualidade. A produção de cereais aumentou consideravelmente, atraindo para lá, muitos negociantes dos municípios vizinhos tanto do Ceará como de outros Estados.

Por outro lado, iniciava-se a manufatura artesanal, notadamente na fabricação de objetos religiosos que eram comprados pelo grande número de peregrinos que afluíam diariamente ao Juazeiro. Um cronista da época estima em 500 pessoas, o número de romeiros que entravam por dia na "cidade santa". Entre eles destacam-se dois tipos: o que procurava o Pe. Cícero para conseguir uma cura de enfermidade e retornava ao lugar de origem e o que desejava além da saúde, solução para o seu problema social e estava decidido a ficar.

O problema ainda era muito local, pois somente oito meses depois o bispo D. Joaquim José Vieira tomou conhecimento da ocorrência do "milagre", assim mesmo por via indireta: uma carta do vigário do Crato para um amigo em Fortaleza e um amigo de um jornal de Recife.

Escreveu então uma carta ao Pe. Cícero em quem confiava, censurando-o pelo fato de não lhe haver comunicado as ocorrências, aliás frontal infração ao seu voto de obediência. Quanto ao "milagre" iria contemporizando esperando que as coisas se esclarecessem. (5) No íntimo, parecia aceitá-lo e até desejá-lo.

A tolerância estancará em 1891, quando um jornal da capital cearense, publicou um artigo de um médico do Cariri, até então considerado ateu, manifestando-se a favor do "milagre" de parceria com um farmacêutico também de Crato.

As famílias católicas do Ceará, diante da divulgação do "milagre" pela imprensa,

pediram o pronunciamento do bispo sobre o assunto. Esse respondeu que iria nomear uma comissão inquisidora conforme as exigências do direito canônico.

Por outro lado D. Joaquim José Vieira, sofria pressão de D. Joaquim Arcoverde futuro Cardeal do Brasil, que o indigitava como principal responsável pelas ocorrências no Ceará, devido à sua exagerada tolerância. D. Joaquim Vieira alarmou-se diante da possibilidade do surgimento de um cisma no grêmio de sua Igreja. Constituiu então a comissão inquisidora, tendo como presidente o Pe. Clícério da Costa Lobo, doutor em Teologia e amadurecido nos seus 52 anos de idade e 30 de sacerdócio, e como secretário o Pe. Francisco Ferreira Antero, também doutor em Teologia, e cogitado por D. Joaquim para ascender ao episcopado.

O relatório da comissão foi entregue ao bispo a 28 de novembro de 1891. Opina-va pela veracidade do "milagre", fato que deixaria o prelado estarelecido, ao antever o surgimento de uma religião popular cuja fonte principal de autoridade consistiria nas revelações de Jesus Cristo ao Pe. Cícero e à Beata Maria Araújo.

Essa previsão se tornará mais consistente quando recebeu o relatório que solicitara ao Pe. Cícero, onde este mais uma vez confirma que continua vendo Jesus Cristo, ELE lhe revelava o significado dos "acontecimentos" de Juazeiro: "à vista de testemunhas desta ordem, poderia deixar de crer e de afirmar que o sangue manifestado aqui nas sagradas formas é o sangue de Jesus Cristo"?

Como se vê, o "milagre" passou por dois momentos: o primeiro de 1889 a 1891, de pequeno repercussão. Maria de Araújo era uma simples lavadeira e as ocorrências se dão sob o olhar complacente da autoridade eclesiástica, que no íntimo, parece, aceitar o "milagre" como manifestação do Redentor em seu "empenho de salvar os homens". O segundo momento é a consolidação do primeiro, demonstrando o poder aglutinante que a nova crença detém, já capaz de atrair sacerdotes, médicos e farmacêuticos. Nessa fase a Imprensa de Pernambuco e do Ceará colocam o "milagre" na maior evidência.

Diante dos fatos, D. Joaquim chamou, por duas vezes, o Pe. Cícero à Fortaleza, sendo obedecido na última. Enquanto isso, saía um panfleto no Crato, intitulado: "Os milagres de Juazeiro", trazendo duas teses que serviam de base teológica ao possível cisma do Nordeste:

— a Segunda Redenção, contrariando os ensinamentos católicos que afirmam a existência de uma única Redenção e se destinava ao clero adepto do "milagre" e aos intelectuais;

— a proximidade do juízo final, alarmando as classes mais humildes, onde se encontrava o maior número de analfabetos e fanáticos do povo.

Em 1892, não haverá mais outra opção a D. Joaquim a não ser a de suspender o Pe. Cícero de suas funções sacerdotais. Como reconhecia entretanto a existência de uma personalidade mística no vigário de Juazeiro, deixou-lhe ainda a faculdade de celebrar missa.

Roma se pronunciou em 1894 através de decreto desaprovando o movimento e ratificando a suspensão de ordens impostas ao Pe. Cícero pela autoridade diocesana de Fortaleza, acrescentando a exigência de que deveria sair de sua localidade.

A partir desse momento as coisas mudarão de rumo. Os nove sacerdotes que haviam aderido ao movimento, sendo três pernambucanos, foram intimados a apresentar retratação. Quem se recusasse a fazê-lo seria suspenso de ordem. O padre Francisco Ferreira Antero, defensor da causa do "milagre" junto ao Santo Ofício foi punido, pois, só se retratou em 1897.

As peregrinações ou romarias também receberam influência do decreto romano. As primeiras eram estimuladas pelos padres adeptos do "milagre". Eram constituídas de pessoas simples do campo, oriundas de regiões onde era maior a miséria. As segundas, embora motivadas pelas primeiras, foram espontâneas, ou seja, sem o apoio externo do clero adepto, agora retraído, diante da autoridade de Roma. Recebiam, provavelmente, influência da Legião da Cruz, dirigida em Juazeiro, por um leigo, vindo de Lavras, o tenente-coronel da Guarda Nacional José Joaquim Maria Lobo, tendo como mentor o conhecido José Marrocos. Os negociantes, por esse tempo, bastante numerosos, constituíam outra grande fonte estimuladora das romarias à "Meca do Cariri". A grande aglomeração em Juazeiro gerou dois grupos bastante fortes e que irão participar ativamente dos destinos da localidade: os fazendeiros, "filhos da terra", e os negociantes na sua maioria imigrantes, liderando a grande massa dos "romeiros". Sobre os dois grupos emerge a figura incontestada do Pe. Cícero, desempenhando função de apaziguador. Depois da suspensão de suas ordens sacras, os "coronéis" da região resolveram fazer um movimento para colocar o "companheiro" Pe. Cícero na política provincial e assinaram manifesto de solidariedade ao Patriarca em frontal contestação à autoridade diocesana de D. Joaquim José Vieira.

O decreto romano, determinara o afastamento do Pe. Cícero de sua localidade, o que fez em 1897, quando se retirou para o Município pernambucano de Salgueiro. Em 1896, estourou o movimento de Canudos e o Pe. Cícero exilado no território pernambucano, foi apontado como aliciador de adeptos para Antonio Conselheiro, acusação jamais comprovada. Nesse mesmo ano foi-lhe retirada a faculdade de celebrar missa. Pe. Cícero, resolveu ir pessoalmente a Roma se defender junto ao Santo Ofício. Para a Santa Sé, levou polpuda contribuição, enviada pela Legião da Cruz, além de 11.354 intenções de missa, das quais 7.791 foram dadas à três cardeais, sendo um o prefeito do Santo Ofício (Parochi) e o outro o da Propagação da Fé (Ledchowski) (6). Nada conseguiu, pois, o decreto foi mantido na íntegra. Em 1898, regressou ao Brasil sendo festivamente recebido em Juazeiro. Ver o "milagre" reconhecido pela Igreja e readquirir o uso do exercício do seu sacerdócio será a grande obsessão do Pe. Cícero. Está disposto a tudo. O ingresso na política se apresentava como uma porta através de diplomacia brasileira. Não tardou outra oportunidade mais direta: a criação de uma diocese na região do Cariri, assunto aceito por Roma. Por que não poderia ser Juazeiro a sede? Por outro lado, o Crato reclamava para si a sede do novo governo eclesiástico e levava uma boa vantagem sobre a "Meca do Cariri" ao contar com o apoio de D. Joaquim; porém tinham grande dificuldade em arranjar a quantia solicitada pela Santa Sé. Nesse ponto, para Juazeiro, as coisas se tornavam fáceis, pois, além da quantia estipulada, o Pe. Cícero, oferecia para patrimônio da nova diocese as minas de cobre do Coxá. Esse jogo de alternativas deixou o assunto em suspenso, por algum tempo, até que a decisão foi tomada favorecendo às pretensões do Crato.

Baldadas suas esperanças, o Pe. Cícero encontra-se sem nenhum apoio por parte da Igreja. Está isolado.

Em 1908, chegou ao Juazeiro um "romeiro" baiano que não vinha receber as bênçãos do Pe. Cícero, não pedir-lhe conselhos, ou terra para cultivar. Era Floro Bartolomeu, médico. Seu centro de interesse: as minas de cobre do Coxá, reclamadas pelo Pe. Cícero como suas. Fazia-se acompanhar de um nobre francês, o Conde Adolpho Van Den Brule, também interessado naqueles minas. Colocaram-se, de imediato, a serviço do Patriarca.

Dentro de pouco tempo se constituíram assessores diretos de Pe. Cícero. Floro Bartolomeu tinha a seu favor o fato de ser médico, numa terra totalmente desassistida no setor da saúde. Agora, se sentindo lugar-tenente do Pe. Cícero, tratou de cuidar dos interesses do seu chefe. Com um grupo de adeptos do Patriarca, resolveu apoderar-se das minas de cobre do Coxá. Os seus possuidores se opuseram e houve um encontro sangrento no qual a vitória coube a Bartolomeu.

A ocorrência trouxe dois resultados diferentes.:

— mostrou a coragem e audácia de que era capaz, sendo a partir daquele momento, respeitado pelos coronéis do Cariri.

— o Pe. Cícero passou a ser apontado como "coiteiro" ou aliciador de cangaceiros. Esse aspecto aliás não o difamava. Apenas o colocava no grêmio dos grandes coronéis da região, todos "coiteiros e aliciadores" de bandidos, cangaceiros e malfetores. O fato serviu para chamar a atenção sobre a formação de uma nova força política no Cariri, o Pe. Cícero negociou com o Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, então presidente do Ceará, o apoio incondicional do Cariri, à sua futura reeleição, em troca da emancipação política ao Juazeiro. A sua escolha como primeiro prefeito do novo município e indicação como 3.º vice-presidente na chapa de Accioly, demonstra muito bem o seu crescente prestígio político na região. Assim, não se deve estranhar a sua posição de destaque, muito bem explorada por Pinheiro Machado, nos episódios da sedição de Juazeiro, ou a "Guerra Santa", provocada pela deposição do presidente Nogueira Accioly e a eleição de Franco Rabelo, em 1912.

Na instalação do Município de Juazeiro, a 4 de outubro de 1911, celebrou-se o conhecido "Pacto dos Coronéis". Ficava vetada a união entre coronéis para depor pelas armas qualquer um dos participantes da aliança. Reconheciam de uma criação do município de Juazeiro foi uma vitória fruto da união de alguns coronéis do Cariri contra a força do coronel Antônio Luis Pequeno, chefe do Crato e aparentado do Presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly. No íntimo, todos queriam se prevenir das possíveis injunções do Pe. Cícero e seu fiel amigo Floro Bartolomeu da Costa que dera provas de sua incontida ambição. Pelo "Pacto" os coronéis do Cariri comprometiam-se a votar no comendador Antônio Pinto Accioly, então Presidente e candidato do Partido Conservador do Ceará (PRC—C) nas próximas eleições.

Prevendo uma armadilha política, Accioly convocou, às pressas, os delegados do PRC—C e antes que chegassem todos os representantes numa convenção especialmente escolhida, homologou a chapa oficial, tendo como presidente o Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly e 3.º vice-presidente o Pe. Cícero Romão Batista. Esse fato, somado a outros, provocou uma sucessão de episódios, que iniciados a 21 de dezembro de 1911, tiveram como desfecho a deposição do presidente Accioly, em 24 de janeiro de 1912, por pressão de um grupo civil armado, de cerca de 500 homens, constituído de operários, artesãos e pequenos comerciantes.

Os militares "Salvadores" aliados à oposição escolheram como candidato o tenente coronel Marcos Franco Rabelo, cearense, porém, há vinte anos afastado da sua terra (8). Sua candidatura era respaldada pelo ex-ministro da Guerra — General Dantas Barreto, agora vigoroso "salvacionista", e cogitado para candidato da oposição ao Governo de Pernambuco.

Embora, "salvador" Pinheiro Machado, queria conservar a máquina eleitoral aciolina, pensando na sua futura campanha à presidência da República. Dentro dessa conjuntura, fica claro, como os resultados das urnas foram desfavoráveis aos acciolinos. Contudo, a força política do ex-presidente Accioly não estava de todo aniquilada: contava com a lealdade de muitos coronéis do interior, especialmente no Cariri e trinta deputados em exercício na Assembléia Legislativa, com plenos poderes constitucionais para "proclamar os resultados das eleições presidenciais de abril de 1912 (9).

Tal realidade não passava despercebida ao futuro candidato à presidência da República, Pinheiro Machado. Via a importância de preservar a máquina eleitoral do velho PRC—C, porém, sem Accioly. Para realizar essa missão designou o Senador Thomas Cavalcanti. Deveria acabar com o movimento favorável a Franco Rabelo, reativar o PRC—C, e lançar uma candidatura antirabelista que teria como postulante o General José Bezerril Fontenele.

Rabelistas e Acciolistas sentindo suas posições ameaçadas, fizeram a aliança política que foi vitoriosa. O Pe. Cícero, conservou o seu lugar de candidato a 3.º vice-presidente, na chapa liderada por Marcos Franco Rabelo. Essa aliança contrariava os

planos de Floro Bartolomeu que tomara a si, extirpar o rabelismo do Cariri, e restaurar a hegemonia do PRC—C.

Uma vez, no Governo, Franco Rabelo, procurou reforçar suas posições políticas no interior. Pessoas de certo destaque, pertencentes às hostes do PRC—C, eram demitidas das suas funções. Volantes da polícia devassavam o Cariri, sob o pretexto de acabar com o banditismo e cangaceirismo da região. (10)

O prefeito de Juazeiro, Cel. João Bezerra, fora eleito graças ao apoio de Floro e do Pe. Cícero. Floro negou-se a entregar-lhe os arquivos da Prefeitura de Juazeiro. Rabelo concordou em ajudar a João Bezerra, sem levar em consideração a posição de 3.º vice-governador do Pe. Cícero. Para Juazeiro, enviou o capitão José Ferreira do Valle, que enquanto apoiava e protegia a João Bezerra, completava o cerco policial do Cariri. O Pe. Cícero protestou e pediu a remoção do oficial, no que foi em parte atendido pelo Governador. Na verdade, Rabelo, queria controlar o Cariri e contrabalançar o prestígio político do "Patriarca". Demitiu o telegrafista-chefe de Juazeiro, amigo íntimo de Pe. Cícero, cuja correspondência passou então a ser controlada e violada.

Outras atitudes governamentais terminaram esfriando as relações políticas do Pe. Cícero com Rabelo. Aconteceu que a aprovação da eleição de Franco Rabelo, pela Assembléia, foi realizada de maneira ilegal: uma minoria de apenas 12 deputados a referendara. Os boatos se sucediam com referência a anulação do ato pela Assembléia, seguindo-se a destituição de Rabelo e a reintegração de Accioly.

Para evitar isso, os rabelistas armaram barricadas às portas da Assembléia, proibindo a entrada de deputados que pudessem votar contra o governante, incendiaram as residências dos acciolistas mais destacados e queimaram totalmente a fábrica de tecidos do oligarca Accioly. Esses acontecimentos determinaram naturalmente a ruptura do pacto entre Rabelistas e Acciolinos. A coligação anti-rabelista da qual participavam os Acciols sofreu uma terrível derrota, não conseguindo eleger nenhum dos 30 candidatos à Assembléia. O desespero era grande, especialmente no Cariri. Franco Rabelo controlava o poder. A única força do PRC—C era o Pe. Cícero.

A oportunidade facilitara a pretensão de Pinheiro Machado de montar no Ceará um acciolismo sem Accioly, e culminará com deposição de Franco Rabelo. Para realizar essa tarefa devia contar com o Pe. Cícero e o seu grupo. Mantidos os entendimentos, Floro viajou para o Rio de Janeiro, onde passou 30 dias como hóspede de Pinheiro Machado. Traçaram-se os planos de fortalecimento do acciolismo e a queda de Franco Rabelo, em moldes detalhados: os deputados fiéis deveriam reunir-se em Juazeiro, anular o ato da Assembléia que reconheceu a eleição de Franco Rabelo e eleger um novo presidente, que seria no caso, o próprio Floro Bartolomeu. Ocorrendo tudo como fora planejado o Pe. Cícero demitiu todas as autoridades constituídas do Juazeiro e empossou o novo presidente. Esse, por decreto, transferiu imediatamente a capital do Estado para Juazeiro, nomeou seu secretariado e dissolveu o Batalhão da Guarda Policial, sediado em Fortaleza. Em seguida solicitou ao Governo Federal que recolhesse as armas do extinto Batalhão e fizesse o policiamento da "antiga capital" com tropas do Exército. Ao mesmo tempo suspendeu a cobrança de impostos, assunto que inquietava o povo ameaçado pelas reformas tributárias planejadas por Rabelo. Estava deflagrada a guerra civil no Ceará, face às hostilidades nascidas no Juazeiro sob a responsabilidade direta de Floro e do Pe. Cícero, estimulada e apoiada indiretamente pelo Governo Federal através do senador Pinheiro Machado.

A cumplicidade do Governo Federal está bem denunciada na resposta segura que o Pe. Cícero deu ao enviado do General Torres Homem, da Inspectoria Militar do Recife: "agia por ordem do Governo Federal que lhe dava assistência em armas e mesmo em oficiais que ajudavam no planejamento das operações; porém, mesmo que não contasse com tal ajuda, lutaria com suas próprias forças até o fim e venceria". (12). Floro, por sua vez, prestava conta dos seus atos ao Presidente da República e a Pinheiro Machado, utilizando a franquia telegráfica que lhe fora concedida.

Rabelo ao tomar conhecimento das ocorrências tomou imediatamente as providências, aceitando o desafio.

A posse de Floro Bartolomeu realizou-se a 9 de dezembro de 1913 e dia 21 de dezembro as tropas legais chegavam a Juazeiro para atacá-la. As cinco horas da tarde iniciaram-se as escaramuças e se tivesse avançado com decisão, naquela mesma noite, quase sem resistência a cidade teria caído em suas mãos. Como se transferiu o combate para o dia seguinte, durante a noite os romeiros cavaram trincheiras com valas de paus ponteados e determinaram, assim um resultado duvidoso no confronto de forças. Os comandantes militares deliberaram retirar-se para o Crato o que trouxe grande vantagem para os romeiros, que ficaram convictos da sua invencibilidade, pois, "Deus e Nossa Senhora das Dores estavam com o "Padrim" e o Povo do Juazeiro" (13).

Beatas percorriam as trincheiras com cruzeiros de madeira benzendo combatentes e afirmando que as balas dos soldados do "cão" — qualificativo dado a Rabelo, nunca iriam atingir o povo eleito. De fato, por mera coincidência, o número de fanáticos feridos ou mortos era muito reduzido. Se alguém morresse ressuscitaria ao terceiro dia. O "presidente" Floro Bartolomeu, que esteve preparado para fugir ao primeiro ataque das forças legais, agora acreditavam na resistência. Comia, bebia e rezava entre fanáticos combatentes, com rifle enfeitado na mão e medalha do "Padrim" ao pescoço.

Como a cidade estava protegida por um grande fosso, a estratégia adotada pelo comandante das tropas de Franco Rabelo, limitou-se a sitiá-la e fazê-la render-se pela fome. Noutras circunstâncias, teria alcançado bom resultado. Grande parte das tropas legais era constituída de soldados sertanejos, ignorantes e sem condições de reagir às influências supersticiosas do ambiente. Entre eles muitos eram "afilhados" do Pe. Cícero, portanto fanáticos também. Apresentavam aspecto deprimente, grande parte dos soldados recrutados não usavam farda e a indisciplina era generalizada. Além disso, juntamente com muitos oficiais, estavam permanentemente embriagados, pois volumosas cargas de aguardente, conforme Lourenço Filho, faziam parte do municiamento das tropas.

As notícias de que as tropas do Pe. Cícero a cada dia aumentavam consideravelmente, espalharam o desânimo nas tropas do governo. A estação era chuvosa. Falta de munição no Crato. Os víveres diminuía sem esperanças de reabastecimento, pois os negociantes do Crato negavam-se a fazer qualquer fornecimento a crédito, temendo represálias dos fanáticos em caso de vitória.

Fica muito claro que a movimentação da tropa tornara-se praticamente impossível. O Governo a levantar suspeitas quanto à cumplicidade do comandante da tropa, Coronel Alípio, e providenciar sua substituição pelo coronel Ladislau que cercou o arraial fanático. Se este tivesse prolongado o Sítio por mais uma semana a cidade se teria rendido.

Depois de nove dias de espera, sem que os jagunços se manifestassem, Ladislau resolveu atacar a cidade, e o fez de maneira desarticulada, sem preocupação de poupar cartuchos e homens.

Do lado do arraial a reação foi diferente: não responderam ao tiroteio dos atacantes, dando até a impressão de que a cidade fora abandonada. Utilizou-se um canhão fabricado em Fortaleza com a finalidade de lançar bombas de dinamite para além das trincheiras. Apesar de fuzilaria dobrada e dos estampidos do canhão, os fanáticos continuaram em silêncio.

Ao cair a noite, as forças legais interromperam a ofensiva, sem que se observasse a menor demonstração do adversário. No dia seguinte, os sitiados foram surpreendidos por uma vigorosa carga de fuzilaria, vinda dos sitiados. Durante a noite os romeiros haviam cavado uma nova trincheira e agora atacavam de flanco a posição onde se achava o canhão. O comandante viu-se obrigado a modificar seus planos a fim de

defender seu barulhento e ineficiente engenho de guerra. A tática de guerrilhas chegou finalmente pelo fanatismo, respondendo aos ataques com tiros a esmo, desperdiçando homens e munição.

O comandante Ladislau, sempre embriagado, contrariando a opinião do oficialato, ordenou um recuo para Macacos, sem usar a totalidade do contingente de que dispunha. Embora seus oficiais fossem de opinião que se devia continuar o cerco, ordenou também a retirada da tropa para Barbalho, onde a dissolveu. Permaneceu naquela cidade com trinta oficiais e praças de sua confiança. Embriagado com seus soldados, percorreu as ruas de Barbalho contando versinhos em homenagem a Pe. Cícero, ao som do "maneiro pau":

"Maneiro Pao, maneiro pao,

Mau padrim Cirço é quem ganha"...

E virando o rosto em direção à Fortaleza, batia com o bordo da mão esquerda na curva do braço direito, e conclufa:

— "Bananas pr'o Rabello"!

Depois de alguns dias de orgia, rumou para Iguatu com destino a Fortaleza. As atitudes do comandante dava aos sediciosos do Juazeiro plena liberdade de ação por toda a região. Suas hostes foram aumentadas pela presença de cangaceiros e bandidos de todo Nordeste, interessados em saques, pilhagens e assassinatos. Começa então a grande marcha sobre Fortaleza, com o assalto às cidades do Crato e de Barbalha. Comandante ou chefe das operações, Floro Bartolomeu percorria o sertão. Em cada cidade as primeiras vítimas eram sempre os líderes rabelistas.

Parece útil distinguir-se as conotações ideológicas entre os sediciosos do Juazeiro. Para o "romeiro" a luta significava a defesa do "Padrim" em alguns casos a sua vingança; achava que se estava prestando um serviço a Deus, visto que Franco Rabelo era o Diabo; cavavam trincheiras e lutavam entoando hinos como o famoso "no céu no céu com minha mãe estarei", (13). É evidente que para o simples 'romeiro o Pe. Cícero era o líder carismático da revolução, com poderes divinos para protegê-los nos combates. Rui Facó acha que a adesão ao movimento, com decisão de luta, por parte do "romeiro", antes de mais nada seria um esforço para libertar-se ou aliviar-se do sistema fundiário da época (14). Aceitando-se esse posicionamento, poder-se-ia concluir que o romeiro lutava, embora indiretamente, pela solução do seu problema de subsistência, vendo no Pe. Cícero a figura do seu libertador.

Para o Pe. Cícero, talvez, o movimento tivesse uma dupla finalidade:

— vingar-se do Governo Franco Rabelo que o subestimou e ameaçava prejudicar sua liderança política no Cariri; — sabe-se que sua reabilitação ao sacerdócio por parte da autoridade eclesiástica foi sua grande obsessão; o fortalecimento de sua liderança política na órbita federal podia ser uma maneira viável de conseguir o seu grande desejo, saindo como chefe de uma Revolução vitoriosa;

— para Franco Rabelo, sua ambição era liquidar com o Aciolismo e tornar-se um líder político influente no Ceará, nem que para isso, tivesse que lançar o Estado numa Guerra Civil, e sacrificar as finanças do erário público;

— a Floro Bartolomeu interessava destruir o Rabelismo e assumir o comando político do Ceará, chefiando possivelmente um Aciolismo, sem Accioly, ou seja, um PRC—C com Floro, aproveitando da liderança do Pe. Cícero; a marcha sobre Fortaleza tinha esse objetivo;

— para uma pleiade de bandidos e cangaceiros conhecidos no Sertão e mesmo no Nordeste, o movimento era uma excelente oportunidade para satisfazerem os seus instintos de saque, de sangue e de vinganças;

— para Pinheiro Machado, o momento azado para construir um Aciolismo sem Accioly através da deposição de Franco Rabelo. Não podia deixar passar essa oportunidade

sem utilizá-la em benefício da sua futura campanha à Presidência da República.

Sobre todos pontificava a figura do "Patriarca". A Floro Bartolomeu, aos "romeiros" e aos bandidos, numa palavra, nos jagunços, predominava também o espírito de vandalismo: praticaram o saque por onde passavam. Respeitavam apenas imagens e quadros de Santos, diante dos quais se ajoelhavam e se benziam durante o saque. (15) Planos e outros objetos de uso doméstico que não podiam ser conduzidos eram quebrados a machado.

Andam por toda parte sem o perigo de serem incomodados pela polícia pois tinham o apoio do Governo Federal.

Os grandes sonhos dos jagunços é o saque a Fortaleza, com lojas de jóias e objetos valiosos fáceis de conduzir, além da grande satisfação de vingarem o carismático "Meu Padrim".

O Governo Franco Rabelo conseguiu reorganizar um batalhão que foi confiado ao capitão José da Penha Alves de Sousa. O primeiro encontro das forças de José da Penha com os jagunços foi favorável aos legalistas. Porém com a morte misteriosa de José da Penha, no dia seguinte à vitória, deixava-se o caminho totalmente livre aos jagunços em sua marcha para Fortaleza. Em Iguatu apanharam o trem, depois do assalto à cidade e no percurso de Iguatu a Maranguape, onde se aquartelaram, saquearam impiedosamente as cidades de Quixadá. Quixeramobim, Baturité e Redenção. Ocuparam as vilas de Soure (hoje Caucaia) e Messejana, tentando bloquear a comunicação da capital com o interior (16). Em Crato, Barbalha, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim, Baturité, Redenção, Maranguape etc., as residências pertencentes a "rabelistas" eram saqueadas com requintes de selvageria conforme as ordens de Floro Bartolomeu, segundo Rodolfo Teófilo.

A figura do jagunço é facilmente identificada: andava armado com rifle enfeitado de fitas vermelhas, longo punhal e um medalhão de Pe. Cícero no chapéu ou ao pescoço.

Depois da deposição de Franco Rabelo, desapareceria a razão de ser dos jagunços em Fortaleza, que continuava debaixo de sua ameaça constante. Tanto mais se agravou a situação quando o Governo do General Setembrino de Carvalho, interventor, resolveu aproveitar seus serviços como policiais com trato excepcional, em detrimento da tropa regular. Os problemas se multiplicavam diante dos atritos diários com os civis e policiais da tropa regular com os "milicianos da polícia especial", com o natural desgaste para o Governo interventor.

Via-se a necessidade de retorná-los ao Cariri, porém, a situação era bastante delicada para o governo.

O problema encontrou sua solução quando o interventor resolveu solicitar ao Pe. Cícero que retirasse aquela gente da capital.

A uma simples ordem do "Patriarca" a Capital viu-se aliviada do pesadelo. Assim, terminava a "Guerra Santa" que, durante dois anos, perturbou a vida quotidiana no Ceará. Esses acontecimentos conferiram ao Pe. Cícero grande prestígio político; passou a ser ouvido em todos os negócios políticos importantes do Estado; até sua morte, em 1934. Com seu prestígio Floro Bartolomeu foi deputado estadual e presidente da Assembléia, continuando sua carreira política até chegar à Câmara dos Deputados.

O próprio Pe. Cícero, muito velho e em estado de saúde delicado, foi eleito deputado federal, embora nunca tenha assumido.

Seu prestígio político continua ainda muito forte até os nossos dias. Depois

de sua morte, os candidatos à governador do Estado e a Presidente da República, faziam religiosamente sua peregrinação ao Juazeiro, com a finalidade aparente de se declararem "romeiros" e colocar flores no túmulo do Pe. Cícero. Ainda hoje, os políticos que têm maior prestígio na região do Cariri, são exatamente aqueles que homenageiam a memória do Pe. Cícero. Contudo, o legado de Pe. Cícero, é muito mais profundo e valioso no campo místico.

Não se pode negar a influência mística do Pe. Cícero em todo Nordeste brasileiro. A romaria a Juazeiro é diária, indentificando-se nas festas religiosas de Nossa Senhora das Dores e no aniversário da sua morte. O cearense visita mais a S. Francisco de Canindé, porém, os outros Estados Nordestinos, especialmente, Alagoas, preferem Juazeiro. Todavia em quase todos os municípios cearenses, encontram-se manifestações ao culto do Pe. Cícero, representadas por quadros colocados ao lado dos outros santos da Igreja, nos lares, ou intitulado ruas, travessas, casas comerciais, etc.

Há ainda, um costume bem curioso: muitas pessoas, geralmente do sexo feminino, nos dias 20 de cada mês, vestem-se de preto, em luto pela morte do Pe. Cícero, ocorrida a 20 de julho de 1934.

Não se pode negar que foi um homem com um poder de liderança invulgar digno de estudos mais profundos, objetivos, e o quanto possível, escoimados de emoções ou sectarismos.

NOTAS

- 1 — Rolph della Cava — Milagre em Juazeiro — pags. 23ss.
- 2 — Della Cava — op. cit. 54
- 4 — Della Cava op. cit. p. 49
- 5 — Ibidem p. 57
- 6 — ibd. p. 105
- 7 — ibd. p. 175
- 8 — ibd. p. 177
- 9 — ibd. p. 179
- 10 — ibd. p. 187
- 11 — Lourenço Filho — Juazeiro do Pe. Cícero — p. 162
- 12 — Lourenço Filho — op. cit. p. 174
- 13 — ibd. p. 170
- 14 — ibd. p. 188
- 15 — ibd. p. 168
- 16 — Rui Facó, Cangaceiros e Fanáticos p. 33
- 17 — Lourenço Filho op. cit. p. 196
- 18 — Rodolfo Teófilo — A Sedição do Juazeiro — p. 101.